



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE

CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA
integrado em regime de alternância-Centro de Referência-IFSUL

Início: 2016

SUMÁRIO

1 – Denominação	
2 – Vigência.....	
3 – Justificativa e objetivos	
3.1 – Apresentação.....	
3.2 – Justificativa	
3.3 – Objetivos.....	
4 – Público alvo e requisitos de acesso	
5 – Regime de matrícula.....	
6 – Duração.....	
7 – Título.....	
8 – Perfil profissional e campo de atuação	
8.1 – Perfil profissional.....	
8.2 – Campo de atuação.....	
9 – Organização curricular do curso.....	
9.1 – Competências profissionais	
9.2 – Matriz curricular	
9.3 – Matriz de pré-requisitos	
9.4 – Matriz de disciplinas equivalentes	
9.5 – Estágio curricular	
9.6 – Atividades complementares	
9.7 – Trabalho de conclusão do curso	
9.8 – Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografia	
9.9 – Flexibilidade curricular	
9.10 – Política de formação integral do aluno.....	
10 – Critérios de aproveitamento de conhecimento e experiências anteriores	
11 – Critérios de avaliação de aprendizagem aplicados aos alunos	
12 – Recursos humanos.....	
12.1 – Pessoal docente e supervisão pedagógica.....	
12.2 – Pessoal técnico-administrativo	
13 – Infraestrutura	
13.1 – Instalações e equipamentos oferecidos aos professores e alunos.....	
13.2 – Infraestrutura de Acessibilidade.....	
13.3 – Infraestrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso.....	

1 - DENOMINAÇÃO

2 – VIGÊNCIA

O Curso Técnico em Agroecologia - modalidade integrada, em regime de alternância, passará a vigorar a partir de maio de 2016.

Durante a sua vigência, este projeto deverá ser avaliado anualmente pelo (a) coordenação do curso, representante dos docentes de alunos e comunidade, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

3 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 - Apresentação

O Curso Técnico em Agroecologia – modalidade integrada, em regime de alternância, nasce da demanda evidenciada em discussões no Fórum da Agricultura Familiar. A educação escolar, em geral, tem estado voltada ao meio urbano, ficando, desta forma, a população do campo desprivilegiada de oportunidades e de propostas educativas que de fato atenda às necessidades da população do campo, principalmente em relação a formação técnica.

Desta forma, urge um processo educativo voltado para o meio rural que atenda as demandas e necessidades da população camponesa. Assim, a EFASUL, vem sendo construída enquanto proposta regional, compreendendo o Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, composto por 25 municípios: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chui, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

No decorrer do processo da elaboração da proposta educativa, o IFSUL, agregar-se enquanto instituição pública parceira junto à comissão pró-EFASUL, sendo a instituição a certificar a primeira turma, com início das aulas previsto para maio de 2016. Os Institutos Federais têm por vocação a oferta de educação tecnológica em todos os níveis e modalidades, buscando formar profissionais em estreita relação com os setores produtivos e a sociedade.

A presença de instituições de formação tecnológica em qualquer região é elemento fundamental de desenvolvimento econômico e social, bem como de melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que proporciona o aproveitamento das potencialidades locais. Da mesma forma, os municípios que possuem representações

dessas instituições, estão permanentemente desfrutando de um acentuado processo de transformação econômica e cultural, mediante parcerias firmadas com as comunidades nas quais se inserem, fomentando interações científicas, tecnológicas e intelectuais e, a transferência de conhecimentos necessários ao desenvolvimento sustentável dos sistemas produtivos locais.

Neste sentido, o Curso de Agroecologia, resultante da parceria da EFASUL com o IFSUL, será desenvolvida por meio da pedagogia da alternância, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, tendo por proposta formativa os princípios agroecológicos e técnicos de sistemas orgânicos de produção, de modo que o egresso desenvolva ações integradas, unindo a preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos; atue na conservação do solo e da água; auxilie nas ações integradas de agricultura familiar, considerando a sustentabilidade da pequena propriedade e os sistemas produtivos; participe de ações de conservação e armazenamento de matéria-prima e de processamento e industrialização de produtos agroecológicos.

3.2 – Justificativa

O debate acerca de alternativas de educação para a juventude do campo tem estado presente na agenda do Fórum da Agricultura Familiar¹ da Região Sul do Rio Grande do Sul, que congrega em torno de 100 organizações da agricultura familiar da região compreendida pelo Território Zona Sul do Estado/RS. Em suas proposições, o tema da Educação aparece como um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento rural sustentável do território, apontando a necessidade de implantação da política de Educação do Campo e a construção de currículos adequados a sua realidade.

¹ O Fórum da Agricultura Familiar foi constituído em 1994, a partir de uma conjunção de interesses de diversas entidades da região do extremo sul do Rio Grande do Sul (movimentos sociais, cooperativas, associações, ONG's e órgãos governamentais e de pesquisa). A partir da realidade da agricultura familiar vivenciada, este conjunto de entidades propôs a criação de um espaço que viabilizasse a discussão e proposição de ações para a implementação de um modelo de desenvolvimento regional sustentável. Em 2003, quando a região foi priorizada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) no intuito de promover, através do apoio financeiro, o desenvolvimento territorial, o Fórum se constituiu como uma instância para definir as estratégias de implementação de tais políticas públicas implementadas a partir de junho de 2004. Processo este que teve continuidade com o lançamento do Programa Territórios da Cidadania em 2008. Em 2005 o Fórum da Agricultura Familiar começou a atuar como Colegiado de Desenvolvimento Territorial constituindo-se de um núcleo dirigente e um núcleo técnico (CAPA, 2013).

Em 2013, vinculado ao debate a respeito da sucessão na agricultura familiar e às políticas de incentivo à juventude rural, esse Fórum propôs uma plenária sobre a importância da Educação do Campo sendo também discutida a proposta pedagógica das Escolas Família Agrícola.

As Escolas Família Agrícola – EFA's – resultam da associação de famílias, comunidades e instituições ligadas à agricultura familiar e que têm como objetivo comum promover o desenvolvimento sustentável e solidário do campo a partir da formação dos jovens rurais. São escolas comunitárias, que buscam oferecer uma educação voltada aos interesses da agricultura familiar e de processos de desenvolvimento local sustentável e solidário, através dos princípios da autonomia, da Agroecologia e da soberania alimentar. Têm como ponto de partida a realidade das famílias e das comunidades e a valorização do saber local, propondo uma formação escolar em que os jovens e suas famílias tenham a possibilidade de atuar como sujeitos legítimos do processo formativo através de uma educação que faça sentido para a vida. O processo de ensino e de aprendizagem das Escolas Família Agrícola baseia-se em quatro pilares: associação local, Pedagogia da Alternância, formação integral e desenvolvimento do meio. Há EFA's implantadas por todo o mundo e, no Brasil, somam hoje 150 unidades, três delas localizadas no Estado Rio Grande do Sul.

Ainda em 2013, a Prefeitura Municipal de Canguçu realizou uma visita à Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC – e apresentou essa experiência no Fórum da Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul, propondo o debate sobre a implantação de uma unidade na região.

A partir daí, constitui-se no Fórum um Grupo de Trabalho sobre Educação do Campo, com o objetivo de construir possibilidades que atendessem às demandas identificadas entre seus componentes. Desse Grupo participaram diversas organizações: União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – UNAIC; Cooperativa União, Embrapa Pelotas, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA; Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Sindicato Trabalhadores Rurais de Canguçu; Emater; Prefeitura Municipal de Canguçu; Secretaria Municipal de Educação de Pelotas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense - IFSUL; Universidade Federal de Pelotas - UFPEL; Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul - FETAG; Fórum da Agricultura Familiar: Setorial das Mulheres, Setorial dos Pescadores, Setorial

dos Quilombos; Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial. Foi se consolidando, então, a proposta de criação de uma escola que atente para a realidade regional da agricultura familiar e contribua para o desenvolvimento de uma nova realidade no meio rural, com foco na valorização da agricultura familiar e da agricultura camponesa² através de uma proposta de educação transformadora.

Em 2014, o município de Canguçu, através da Prefeitura Municipal, apresentou uma proposta para organizar, juntamente com mais alguns representantes do Fórum da Agricultura Familiar, o projeto regional de implementação da Escola Família Agrícola da Região Sul – EFASUL. Foi escolhido o município de Canguçu como sede por seu histórico como referência em agricultura familiar e agricultura camponesa, pelo grande número de assentamentos existentes no município, assim como, de comunidades quilombolas. Neste município também há, desde 2014, uma reserva indígena composta por famílias Mbyá Guarani.

Para dar sustentação à EFASUL foi criada a Associação Escola Família Agrícola da Região Sul – AEFASUL –, parceira do IFSUL no presente projeto. A AEFASUL é uma associação civil, sem fins lucrativos ou econômicos, com sede na localidade Glória, 1º Distrito de Canguçu, sendo sua base, o Fórum da Agricultura Familiar da Região Sul do Estado/RS.

A EFASUL surge, então, das demandas das entidades congregadas nesse Fórum. Oferecerá formação técnica de nível médio integrada, em Agroecologia, em curso com duração de três anos e meio, com o objetivo de contribuir para a formação de jovens e suas famílias a partir de uma escola comunitária pautada nos princípios da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância.

Para além dos componentes curriculares que vêm alicerçando propostas semelhantes à aqui apresentada, no desenvolvimento dos conhecimentos abordados/construídos no Curso proposto, será dada ênfase especial à Agroindústria Familiar Rural e ao trabalho cooperativo como forma de ampliar as possibilidades de renda nas Unidades de Produção Familiares - UPF's e consolidar espaços de trabalho e de organização coletivos.

Através das experiências individuais e coletivas dos educandos e suas comunidades, associadas ao mundo do trabalho do campo, o Curso proposto busca

²Utiliza-se ambos os termos por entender que a proposta aqui apresentada visa contemplar os povos do campo, tanto o agricultor familiar quanto o camponês. Os conceitos podem ser melhor compreendidos no Dicionário da Educação do Campo, conforme referência: CALDART, Roseli Salete (org.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

proporcionar uma formação integral que auxilie o jovem a desenvolver o seu projeto profissional e de vida junto à sua família, enquanto sujeito histórico que contribui e constrói um processo de desenvolvimento local sustentável e solidário, visando à sucessão familiar no campo.

O IF Sul-Rio-Grandense vem, desde março de 2015, participando do grupo de entidades que estão construindo a proposta da EFASUL, especialmente, no que tange ao seu planejamento pedagógico e organizacional.

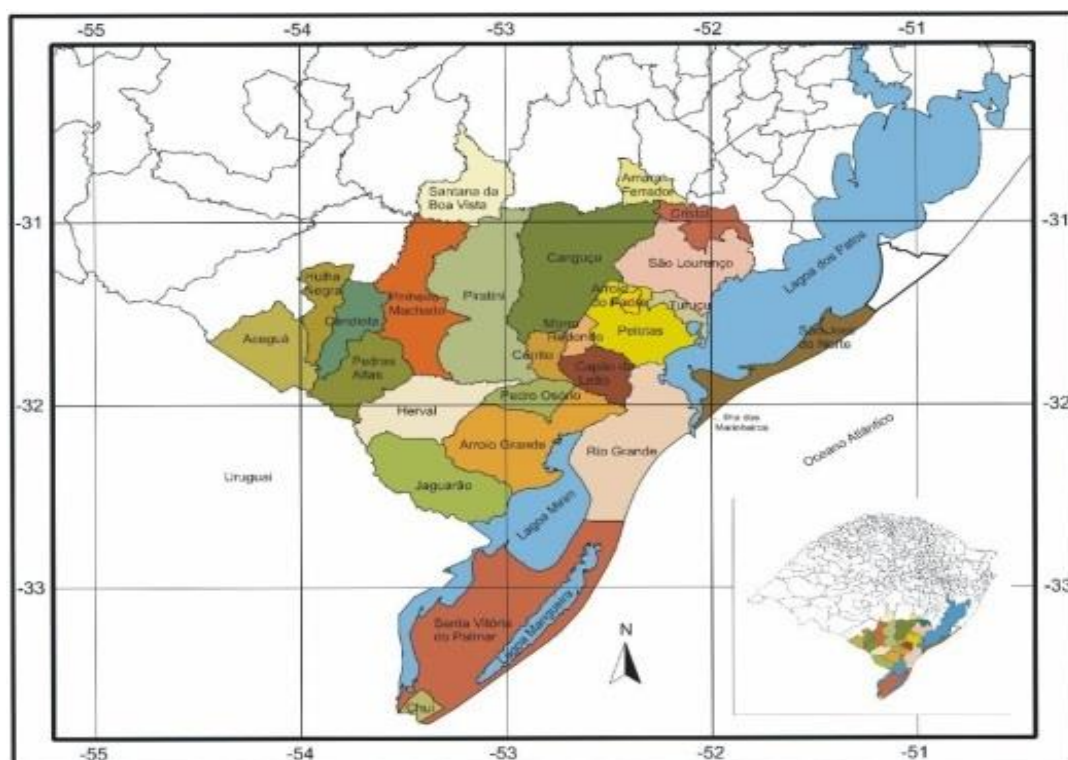
Os Institutos Federais têm por vocação a oferta de educação tecnológica em todos os níveis e modalidades, buscando formar profissionais em estreita relação com os setores produtivos e a sociedade. Ciente de sua função social, o IF Sul-Rio-Grandense compartilha dos princípios da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância como possibilidade para o fortalecimento dos povos do campo e de uma formação humana integral. A partir dessa compreensão, desde o ano de 2013 desenvolve o Curso em Agroecologia em parceria com o Centro de Educação Popular e Agroecologia (CEPPA), em Hulha Negra, o qual, em 2015, teve projeto aprovado junto ao PRONERA.

É essa identidade de princípios e objetivos, que levou a AEFASUL e IFSUL à parceria para o desenvolvimento do presente projeto, pleiteando recursos junto ao PRONERA. Estes recursos financiarão parte dos custos de um grupo de 25 educandos, oriundos de famílias com cadastro no INCRA. O restante dos recursos necessários serão complementados pela AEFASUL.

A EFASUL atenderá o Território da Cidadania Zona Sul, espaço onde se localizam as entidades que compõem o Fórum da Agricultura Familiar.

O Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul é conformado por 863.956 habitantes, onde 151.765 (17,57%) referem-se à população rural e 712.191(82,43%) à população urbana. O território é composto por 25 municípios: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chui, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu (Figura 1).

Figura 1 – Mapa do Território da Cidadania da Zonal Sul do Estado do RS



Fonte: PTDRS, 2009

Os espaços rurais desse território, além de suas especificidades geográficas (relevo, clima, hidrografia, dentre outras), possuem grande diversidade étnica, onde a presença da agricultura familiar e camponesa é expressiva e representada por descendentes de açorianos, alemães, italianos, franceses, negros, entre outros, configurando um mosaico cultural. No Território Zona Sul do Estado/RS, região de abrangência da EFASUL, existem 32.160 agricultores familiares, 3.615 famílias assentadas de reforma agrária, 43 comunidades quilombolas, com aproximadamente 5.000 famílias, e cerca de 6.000 famílias de pescadores artesanais, onde as mulheres representam 46,70 % dessas populações. A Tabela 1 apresenta uma visão geral da população e situação do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios que compõem Território da Cidadania da Zonal Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – População e IDH dos municípios que compõem o Território Zona Sul do Estado do/RS

Municípios	População Total	Rural	Urbana	IDH
Aceguá	4.394	3.335	1.059	0,68
Amaral Ferrador	6.353	4.487	1.866	0,62
Arroio do Padre	2.730	2.276	454	0,66

Arroio Grande	18.470	2.385	16.085	0,65
Candiota	8.771	6.173	2.598	0,69
Canguçu	53.259	33.565	19.694	0,65
Capão do Leão	24.298	1.916	22.382	0,63
Cerrito	6.402	2.655	3.747	0,64
Chuí	5.917	220	5.697	0,70
Cristal	7.280	3.203	4.077	0,64
Herval	6.753	2.234	4.519	0,68
Hulha Negra	6.043	3.134	2.909	0,64
Jaguarão	27.931	1.826	26.105	0,70
Morro Redondo	6.227	3.579	2.648	0,70
Pedras Altas	2.212	1.444	768	0,64
Pedro Osório	7.811	510	7.301	0,67
Pelotas	328.275	22.082	306.193	0,73
Pinheiro Machado	12.780	2.996	9.784	0,66
Piratini	19.841	8.271	11.570	0,65
Rio Grande	197.228	7.799	189.429	0,74
Santa Vitória do Palmar	30.990	4.100	26.890	0,71
Santana da Boa Vista	8.242	4.519	3.723	0,63
São José do Norte	25.503	8.120	17.383	0,62
São Lourenço do Sul	43.111	18.874	24.237	0,68
Turuçu	3.522	2.035	1.487	0,62

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

Estes dados do Território nos apresentam um panorama da área de abrangência da EFASUL, região na qual se insere o município de Canguçu, onde se evidenciam alguns fatores de conformação histórica, socioeconômica e cultural que contextualizam o município sede da Escola.

Assim como ocorreu em diferentes municípios do território, a estrutura fundiária de Canguçu também ficou marcada pela desigualdade no acesso e ao uso da terra.

Na década de 1970, a Revolução Verde traz seus reflexos para o município. Novos fatores contribuíram para transformação na organização dos processos de produção agrícola, com a introdução da modernização da agricultura, que ocasionou mudanças tecnológicas. Alguns agricultores aderiram a este processo; outros não conseguiram participar deste modelo. Outros, ainda – estimulados pelo Centro de

Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) – começaram a discutir um modelo “alternativo” de produção agrícola, atualmente reconhecido como agroecológico. Outro fator que provocou mudanças na estrutura produtiva foi a implantação das indústrias de conservas, localizadas no município de Pelotas. A partir delas, muitas empresas e agricultores do município passaram a investir neste ramo de produção. Ainda, neste mesmo período, as indústrias fumageiras iniciam sua inserção na região, com pacote tecnológico em que incluíam assistência técnica, garantia de compra do fumo, seguro agrícola e financiamento para o custeio e investimentos.

Uma característica marcante do município de Canguçu no período recente é a presença de assentamentos de reforma agrária. De acordo com Davi (2005), é no cenário marcado pela pecuária extensiva e grandes projetos de silvicultura e, por outro lado, pelos inúmeros estabelecimentos da agricultura familiar, com pequenas propriedades voltadas para produção diversificada de alimentos, que se instalam os assentamentos de reforma agrária no município.

Nele estão instalados 16 assentamentos de reforma agrária, com pessoas originárias de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul e estados vizinhos, como Santa Catarina, por exemplo. Os assentamentos presentes em Canguçu são os seguintes: Doze de Julho (22 famílias), Nova Conquista (15 famílias), Nova Esperança (nove famílias), Nova Sociedade II (oito famílias), fundados em 1989; o assentamento Colônia São Pedro (sete famílias) foi fundado em 1991, seguido pelo Salso (19 famílias), em 1997 e o Arroio das Pedras (49 famílias), em 1998; os assentamentos Boa Fé (quatro famílias), Renascer (90 famílias) e União (64 famílias) foram criados em 1999; e os demais assentamentos – Bom Jesus (11 famílias), Guajuviras/Novo Amanhecer (18 famílias), Herdeiros da Luta (57 famílias), Mãe Terra (12 famílias), Perseverantes na Luta (20 famílias) e Pitangueiras/Sem Fronteiras (23 famílias) – foram criados em 2001.

No município de Canguçu há também um número significativo de comunidades quilombolas, totalizando 12 comunidades certificadas: Armada, Cerro da Boneca, Cerro das Velhas, Cerro da Vigília, Estância da Figueira, Favila, Faxinal, Iguatemi, Manuel do Rego, Maçambique, Passo do Lourenço, Potreiro Grande. Destas comunidades, o quilombo Cerro das Velhas, que está localizado na Armada/5º distrito, está constituído por 22 famílias em uma área de 92 hectares. No quilombo Cerro da Vigília, localizado na Boa Vista/3º distrito, residem 34 famílias em 100 hectares de terra. E no quilombo

Maçambique, localizado na Boa Vista, há 65 famílias, em 10 hectares de terra (CAPA, 2007).

Este contexto gerou uma conformação específica, conferindo ao município a denominação de município com maior número de minifúndios da América Latina. Atualmente, Canguçu conta com uma área de 3.525 km² e uma população total de 53.259 habitantes, dos quais cerca de 63% (33.565 habitantes) residem no meio rural (IBGE, 2010). De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), Canguçu possui 9.881 estabelecimentos agropecuários, sendo que 95,70% desses estabelecimentos são de caráter familiar e ocupam uma área de 68,90%. Já as propriedades não familiares equivalem a 4,3% do total e ocupam 31,10% da área rural do município. A área média dos estabelecimentos rurais em Canguçu é em torno de 16 ha.

No que se refere à produção agrícola permanente, destaca-se a produção de pêssego, com 87,05% da área plantada. Com relação a lavouras temporárias, entre 2010 e 2013, tem-se um crescimento da área de soja de 23,71% para 33,22%. Assim como a produção de fumo, que subiu de 14,08% em 2010 para 18,27%, em 2013. Nesse mesmo período, diminuíram as lavouras temporárias de cultivos como milho de 44,26% para 33,27% e o cultivo do feijão de 9,88% para 6,06%. Com relação à produção de horticultura, destacam-se cultivos como tomate, pimentão, repolho, beterraba, couve-flor e brócolis.

É ainda importante trazer para a discussão o grau de escolaridade da juventude brasileira pois, conforme a figura abaixo, há diferença significativa entre a população rural e urbana, acentuada ao diferenciar os indicadores pelo gênero. O propósito aqui é observar os indicadores do 2º Grau, hoje denominado Ensino Médio. Num comparativo entre o rural e o urbano, já em 2009 a população rural que concluía o Ensino Médio era inferior à urbana, o que reforça a necessidade de oferta desse nível de ensino às populações rurais.

Figura 2: Grau de escolaridade urbana e rural

Distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais por grau de escolaridade cursado, segundo sexo e local de residência - Brasil 2009 (em %)					TABELA 18
Grau de escolaridade cursado	Urbana		Rural		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Pré-escolar	7,9	6,8	8,0	8,0	
Primeiro grau ⁽¹⁾	62,7	57,6	77,1	71,4	
Segundo grau ⁽²⁾	17,1	20,0	12,9	16,5	
Superior ⁽³⁾	12,4	15,6	2,1	4,0	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: IBGE.Pnad
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) A categoria Primeiro grau inclui os estudantes de curso de alfabetização de adultos
(2) A categoria Segundo grau inclui os estudantes de curso pré-vestibular
(3) A categoria Superior inclui os estudantes de curso de mestrado ou doutorado

Ressalta-se o que está determinado em legislação recente sobre a obrigatoriedade do ensino entre 4 e 17 anos. A alteração está na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) realizada por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. A partir dessa regulamentação, torna-se oficial a mudança feita, em 2009, na Constituição por meio da Emenda Constitucional nº59³. Dessa forma, teremos a partir de 2016 educandos e educandas no campo que necessariamente deverão estar nas escolas. No entanto, para esse grupo da população não é qualquer escola que lhes desperta o interesse por frequentá-la. Temos muitos jovens que optam por interromper o estudo pela urbanização da educação que não lhes oferece o movimento de qualificação do fazer agrícola, que muitas vezes, é seu interesse fundamental.

De acordo com o 1º artigo da LDBEN (9.394/96) “A educação é o conjunto de processos formadores que passam pelo trabalho, pela família, pela escola, pelo movimento social”, e acrescenta: “Toda educação escolar terá de vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”. Está aí a marca da luta não só do trabalhador do campo como também do trabalhador em Educação do Campo.

Neste contexto, o curso técnico em Agroecologia aqui proposto visa atender a uma demanda de desenvolvimento rural para as famílias da agricultura familiar e camponesa, incluindo famílias assentadas de reforma agrária, quilombolas e demais povos do campo da região sul do RS. Isso, a partir de uma formação que privilegie o trabalho como princípio educativo e que esteja atenta à viabilização da sucessão familiar, desde que, garantida a qualidade de vida da juventude do campo.

Dado o compromisso do Curso com os princípios da Educação do Campo, da Pedagogia da Alternância e da Agroecologia, o processo de formação estará centrado na discussão de um projeto educativo e de sociedade que visa à qualificação do *modo de produção da existência* dos sujeitos da agricultura familiar e camponesa e às possibilidades de ser um movimento de resistência e de superação das relações desiguais do sistema capitalista.

3.3 - Objetivos

3.1 Objetivo geral

³Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/04/05/lei-regulamenta-obrigatoriedade-de-matricula-na-rede-escolar-a-partir-dos-4-anos.htm>

Capacitar Técnicos em Agroecologia, na modalidade integrada, jovens oriundos de famílias cadastradas junto ao INCRA e residentes em municípios da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul.

3.2 Objetivos específicos

- Proporcionar conhecimentos tecnológicos, possíveis de serem aplicados nas propriedades familiares e comunidades de forma ética, tomando por base as políticas de sustentabilidade ambiental e seus significados nas relações humanas;
- Contribuir para a mudança do modelo tecnológico adotado pelos assentados e agricultores familiares, bem como a compreensão das possibilidades de desenvolvimento rural sustentável com base na Agroecologia, no contexto da região sul do Rio Grande do Sul;
- Elevar o nível de escolarização técnica de nível médio no campo, metade sul do Rio Grande do Sul, contribuindo com a produção Agroecológica e a sustentabilidade das comunidades;
- Possibilitar acesso à formação que articula conhecimentos gerais e conhecimentos técnicos específicos com o mundo do trabalho e com o cotidiano dos educandos, suas famílias e suas comunidades;
- Formar agricultores que venham fortalecer as comunidades dos Assentamentos da Reforma Agrária e Agricultura Familiar, criando e recriando tecnologias apropriadas para a Agricultura e Pecuária Familiares;
- Qualificar a convivência social e o diálogo da escola com os agricultores, de forma a contribuir para sua permanência no campo e sua qualidade de vida.

4 – PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

O público alvo deste curso são agricultores e filhos de agricultores familiares e camponeses que atuem ou pretendam atuar na organização da produção, da cooperação e em ações de preservação ambiental vinculadas a agroecologia. É condição para acesso ao Curso que o candidato tenha concluído o ensino fundamental ou equivalente. O processo seletivo para ingresso possuirá edital próprio que serão divulgados nas comunidades, entidades, associações, instituições e demais espaços articulados com a agricultura familiar da região sul do RS.

5 - REGIME DE MATRÍCULA

Regime do Curso	Etapa única	Anual
Regime de Matrícula	Seriado	Módulo
Turno de Oferta	Integral – regime de alternância	
Número de vagas	35	
Regime de Ingresso	Único/Anual	Anual

6 – DURAÇÃO

Duração do Curso	3 anos e meio
Prazo máximo de Integralização	7 anos
Carga horária em disciplinas obrigatórias	3654 horas
Estágio Curricular obrigatório	400 horas
Atividades Complementares	-
Trabalho de Conclusão de Curso	-
Carga horária total mínima do curso	4054 horas
Optativas	-

7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do curso, incluindo atividades complementares e estágio, o aluno receberá o diploma de Técnico em Agroecologia.

8 – PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

No campo de atuação deste profissional, destacam-se as seguintes atividades:

- Implanta sistemas de produção agropecuária e agroextrativista e técnicas de sistemas orgânicos de produção.
- Realiza procedimentos de conservação do solo e da água. Organiza ações integradas de agricultura familiar.
- Desenvolve ações de conservação e armazenamento de matéria-prima, de processamento e industrialização de produtos agroecológicos.
- Opera máquinas e equipamentos agrícolas inerentes ao sistema de produção agroecológico.

CAMPO DE ATUAÇÃO:

- Instituições públicas, privadas e do terceiro setor
- Instituições de certificação agroecológica
- Instituições de pesquisa e extensão
- Parques e reservas naturais

9 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular, privilegiada pelo Curso de Agroecologia, visa garantir o processo de ensino e de aprendizagem, que considere o respeito à cultura do grupo, a valorização dos diferentes saberes e a produção coletiva do conhecimento, por meio de vivências de práxis, dos saberes adquiridos no tempo escola e no tempo comunidade, por meio da pedagogia da alternância.

Os conhecimentos a serem desenvolvidos ao longo do curso estruturam-se em conhecimentos gerais e específicos, e integram as três etapas letivas, perpassando todo o processo formativo de forma equitativa entre os três anos do curso.

Neste propósito, os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelam-se à formação geral do estudante, de forma Transdisciplinar, isto é, por meio de um processo educativo articulado aos conteúdos e saberes locais, regionais e globais, garantindo livre trânsito entre um saber e outro.

As metodologias adotadas valorizam as práticas problematizadoras, as práticas do diálogo, o protagonismo dos sujeitos e a participação da comunidade. Para tanto, as estratégias formativas estruturam-se através da elaboração dos Planos de Estudos do grupo (momento pensado para acontecer a interação entre **escola – comunidade – escola**) dos diálogos nas Roda de Conversa, nos Serões, Experiência/Experimentos, nos Cadernos de Realidade, nos Projeto Profissional do Jovem –, as pesquisas a serem desenvolvidas na família/comunidade na perspectiva da transdisciplinaridade e da articulação entre saberes escolares e saberes empíricos.

Em relação às escolhas dos temas geradores de cada Etapa/ano, acontecem numa assembleia de pais, educandos e educadores, onde é feita uma pré-seleção de temas considerados de importância para os agricultores familiares e camponeses. O passo seguinte é a sistematização das sugestões registradas nessa assembleia, que deverá ser feita pelo grupo de educadores, onde eles deverão definir enfoques e abrangências, a partir dos temas definidos na assembleia.

A dinâmica da Alternância

Durante a sessão escolar

Ao finalizar um período na escola (uma semana), a equipe de educadores organiza, junto ao grupo de estudantes, a motivação a partir do *Plano de Estudo*. Em pequenos grupos e com a orientação dos educadores, os estudantes preparam um guia de pesquisa para ser realizada junto à família, na comunidade ou noutro espaço definido pelo grupo.

Durante o período na família.

Este é o momento de imersão na realidade de relações diversas, incluindo-se as de trabalho. Estimulado pelo roteiro de pesquisa, o estudante busca construir o retrato de sua realidade, da forma como é realizado o trabalho, questiona sua prática e a do espaço onde a pesquisa estiver sendo realizada, questiona as formas como se dão as relações – de gênero, culturais, étnicas, sócio-ambientais, econômicas. Dessa forma constrói, pela observação da prática concreta, a sua compreensão sobre o mundo do trabalho e da produção da vida, que será articulada ao conhecimento técnico-científico.

De volta ao período na escola

O primeiro passo é a apreciação da pesquisa pelos educadores. Depois, acontece o momento da *roda de conversa*. Nela, o estudante apresenta e compartilha com sua turma e educadores os resultados da atividade pesquisada, interpretando e questionando o que foi observado. Reflete sobre os desafios que a prática profissional e as relações observadas no meio apresentam, buscando alternativas para qualificá-las. Este momento deve proporcionar ao jovem condições para que, individualmente e em grupos, encontre soluções para o conjunto de problemas que identificou com base nos conhecimentos tecnológicos, de gestão e de relações interpessoais de que dispõem, a partir do conhecimento sócio-histórico, ético-político e técnico-científico que a escola trabalha.

Na Pedagogia da Alternância o aprendizado está baseado na ação concreta, que pelo seu ritmo promove uma atuação crítico-reflexiva. Esse movimento leva o jovem a construir novas posturas e novas compreensões, possibilitando que passe a ser o agente transformador do seu meio.

A *roda de conversa* é o momento em que o jovem expõe a sua realidade, relativizando-a ao confrontar sua experiência com as dos demais. Tem papel importante em seu processo de construção da consciência crítica.

Durante a *roda de conversa*, processa-se a problematização, que consiste em verificar concretamente os problemas vividos pelas famílias, problemas da vida e da prática social que realimentarão o trabalho conjunto da equipe em suas disciplinas. Neste sentido, o processo formativo torna-se um meio, uma prática ligada à vida e ao contexto sócio-profissional dos estudantes.

Nessa metodologia, a escola deixa de ser o agente que repassa o saber acumulado, tornando-se o agente que interage continuamente com a realidade do educando, investigando e buscando compreender os fenômenos de sua realidade, atuando como mediadora na construção do conhecimento.

A partir dos resultados da *roda de conversa*, é complementado, a cada semana, o processo formativo daquele Tempo Escola, composto por aulas, palestras, vídeos, leituras, cursos em outros locais através das visitas, viagens de estudos e vivências profissionais.

9.1 - COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

- O curso deverá proporcionar ao educando as seguintes competências:
- Atuar em sistemas de produção agropecuária e extrativista fundamentados em princípios agroecológicos e técnicas de sistemas orgânicos de produção.
- Desenvolver ações integradas, unindo a preservação e conservação de recursos naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos.
- Atuar na conservação do solo e da água.
- Auxiliar em ações integradas de agricultura familiar, considerando a sustentabilidade da pequena propriedade e os sistemas produtivos.
- Participar de ações de conservação e armazenamento de matéria-prima e de processamento e industrialização de produtos agroecológicos.

12 – RECURSOS HUMANOS

12.1 - Pessoal docente e supervisão pedagógica

A função de coordenação geral será exercida por servidor docente do IFSUL com disponibilidade de carga horária adequada à função a desempenhar. (A definir)

A responsabilidade pela contratação e manutenção do pessoal docente e supervisão pedagógica ficará a cargo da EFASUL.

12.2 - Pessoal técnico-administrativo

A responsabilidade pela contratação e manutenção do pessoal técnico-administrativo responsável pelas atividades de secretaria, preparo de refeições, serviços gerais e monitoria ficará a cargo da EFASUL.

13 – INFRAESTRUTURA

13.1 – Instalações e equipamentos oferecidos aos professores e alunos

O Curso em Agroecologia será desenvolvido na sede da EFASUL, localizada na Escola Municipal São João Batista de La Salle. Nesse prédio acontecerá a maior parte das atividades Tempo Escola. Em prédio anexo, cedido por Associação Comunitária, localiza-se o alojamento dos alunos, com banheiros e espaço de convivência.

Parte das aulas e atividades práticas serão desenvolvidas, também, nas instalações da EMBRAPA, que possui um centro especializado em pesquisa para agricultura familiar. Esta Instituição disponibilizou à EFASUL o uso de estruturas físicas que dispõem, especialmente da minifábrica para cursos de aperfeiçoamento em agroindústria, além de material de pesquisa.

A Escola La Salle, criada em março de 1973 e oficializada pelo Decreto Municipal nº 228/80 está localizada na área rural da localidade da Glória, 1º Distrito do Município de Canguçu/RS, com uma área total de 5.000 m², tendo de área construída de aproximadamente 600,00 m².

Além de salas de aula, conta com laboratórios, biblioteca, refeitório e demais instalações e no ano de 2015 possui um total de 73 alunos matriculados, os quais utilizam somente parte de seu espaço físico, estando com funcionamento apenas no turno da manhã. Em função disso, a Prefeitura de Canguçu cedeu o uso da referida escola para a implantação da EFASUL.

Essas instalações estarão à disposição do Curso em Agroecologia na medida de suas necessidades.

Ao todo, a Escola La Salle possui 6 salas de aula, 1 biblioteca e laboratório de informática, 1 refeitório, 1 cozinha, 1 despensa, 1 sala para direção, 1 sala para secretaria, 1 sala para Coordenação Pedagógica, 1 sala de professores, 1 sala para laboratório de Ciências, depósito, conjunto de banheiro masculino e feminino, área para circulação, com acessibilidade a portadores de necessidades especiais.

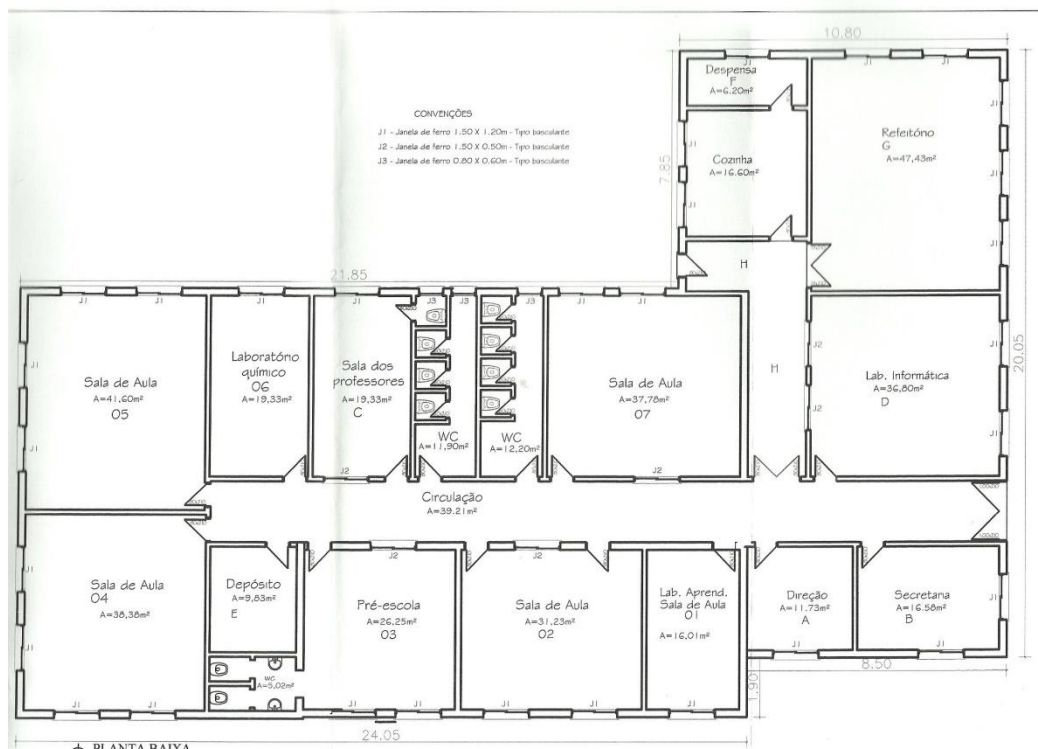
Na parte externa, possui espaço para prática esportiva, quiosque e praça, além de espaço para horta.

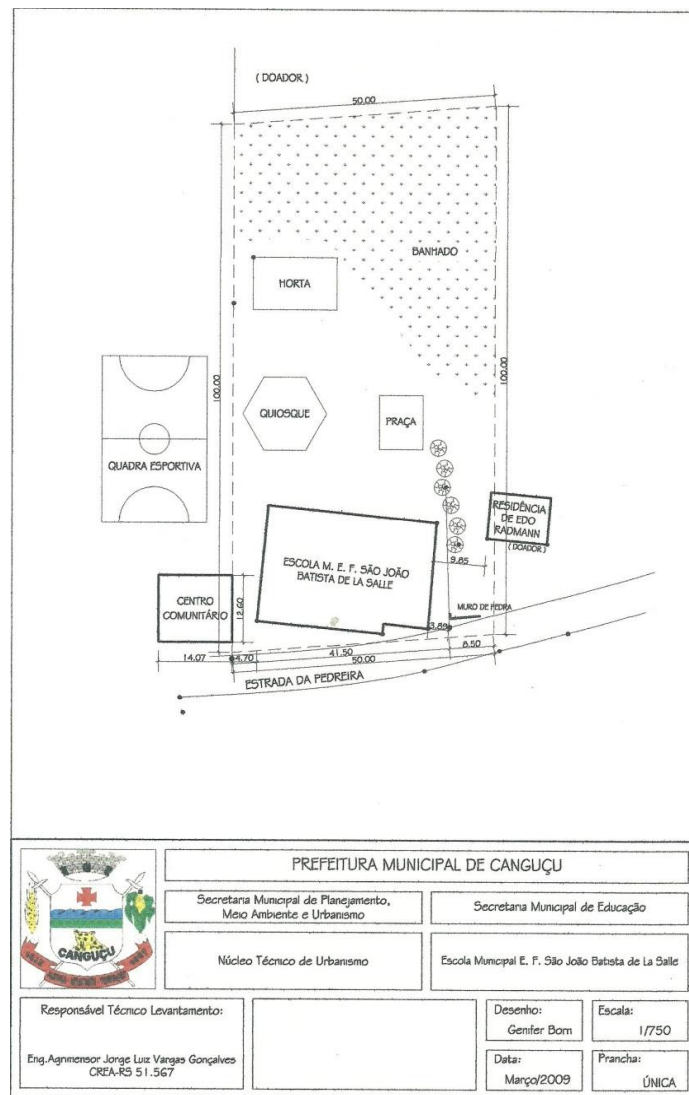
Junto à Escola existe uma área que pertence à Associação de Moradores Glória 1, com uma área aproximada de 260 m², e que possui um prédio com área de 176,4

m² que será destinado para o alojamento dos alunos, composto por dormitórios, copa, banheiros e sala de estudos.

A Planta Baixa apresentada a seguir representa o prédio original da Escola o qual, hoje, está acrescido por mais uma sala de aula, sala para biblioteca e banheiro para funcionários.

As fotografias dos ambientes da Escola La Salle, também apresentadas a seguir, foram produzidas em novembro de 2015.





Escola La Salle – vista externa



Escola La Salle – vista externa (ao fundo, prédio da Associação, onde se localiza o alojamento)



Escola La Salle – sala de aula e Biblioteca



Escola La Salle – Sala de aula e laboratório de informática



Escola La Salle – Cozinha e refeitório



Escola La Salle - salas de aula

13.2 – Infraestrutura de Acessibilidade

Tanto a Escola quanto as instalações para o alojamento dos alunos têm um único pavimento, contando com rampas nos desníveis internos e externos e banheiro adequado a portadores de necessidades especiais.

13.3 – Infraestrutura de Laboratórios Específicos à Área do Curso

Laboratório de ciências, laboratório de informática, área para horticultura. As demais atividades práticas e de pesquisa serão realizadas na EMBRAPA Clima Temperado, em instalações de outras instituições parceiras e nas Unidades de Produção Agrícola Familiar dos alunos, conforme consta na proposta pedagógica da pedagogia da alternância.